

## Que venham as eleições!

Tradução inédita em português de texto originalmente publicado em 03/05/2021<sup>1</sup>

**Albert Ogien**

*Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, França  
École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França*

Traduzido **Neiva Vieira da Cunha e Agripa Faria Alexandre**

Votar é inútil? Seria esquecer o poder das ruas e dos ativistas que provaram, nesses últimos anos, sua influência na vida política. Chega a hora de os partidos políticos, e em particular aqueles da esquerda, reconhecerem que o sucesso de uma eleição pode depender da obstinação desses coletivos cidadãos, que assumem questões negligenciadas pelos governantes. Quanto aos governados, sua cédula faz parte do kit de ferramentas do ativismo — e, portanto, do exercício da cidadania.

**A** dúvida não é mais permitida: o biótopo da política profissional só vive para a eleição presidencial do ano à frente. Os formadores de opinião manobram nessa direção e os aparatos partidários que conduzem esta dança se inclinam a tal ponto de conferir importância a isso que o tempo normal da política não se tem mais a chance de desfrutar. E os últimos cidadãos que emprestam ainda um pouco de interesse na sanção do sufrágio universal testemunham sem entusiasmo as cansativas passagens de armas e os acordos entre as lideranças que representam apenas um pequeno grupo que os apoiam.

O espetáculo se tornou uma paródia. Na França, as urnas consagrarão uma nova Presidência em maio de 2022. Talvez não seja tarde demais para que elas não se assemelhem com a eleição passada. Mas para isso será necessário que os cidadãos se movam um pouco. E isso vale muito mais para o campo de “esquerda” do que para o de “direita”.

Como todos continuam repetindo, afastar a ameaça de um segundo turno idêntico ao de 2017 exige que este lado do espectro político concorde com uma candidatura única. E as mesmas vozes já avisaram que tem tudo para ser uma missão impossível. Essa, então, é a tarefa a ser cumprida pelos simpatizantes de esquerda interessados nesta eleição: submeter a sua lei às frações dos partidos que eles desejam representar. Mas o que eles podem fazer para evitar sofrer outro mandato deprimente de cinco anos?

Nesse delicado face-a-face, duas pré-condições devem ser cumpridas: que os governantes da constelação de esquerda se juntem com um pouco mais de humildade para olhar para a grandeza de seu destino nacional e obrigar os partidos a renunciar aos programas escritos no espaço confinado das rivalidades internas. É isso mesmo possível?

## As práticas do ativismo

A vida política de uma sociedade não ocorre apenas em reuniões de pessoal, gabinetes ministeriais, meios de comunicação nacionais, corredores dos parlamentos ou em pequenas manobras de quintal. Ela também ocorre na rua, de onde se tem um entendimento que foi construído longe do sistema representativo: em grupos focais, assembleias, coordenações, comissões de bairro, rodas de conversa, redes sociais e também na clandestinidade.

Há uma década a rua tornou-se, em quase todos os lugares ao redor do mundo, palco de encontros pacíficos, ocupações não violentas, marchas pacíficas que exibem uma determinação calma para mudar o curso dos eventos decididos pelos poderes políticos, financeiros e industriais que ditam a dança.

Os rumores que surgem das ruas hoje são um reflexo de práticas políticas implementadas de forma autônoma por grupos de cidadãos afetados pelos assuntos públicos — autônomos no sentido de que são implantadas fora da supervisão de organizações representativas e que dependem apenas de si mesmas para atingir seu objetivo e não seguem nenhuma estratégia de conquista do poder. Essas práticas são implementadas por uma nebulosa de associações, coletivos ou grupos de interesse que se comprometem a lidar com questões que os poderes em vigor preferem não abordar (ação humanitária, abuso de animais, deficiência), ou para reivindicar uma modificação da lei (meio ambiente, direitos das minorias) ou para mudar mentalidades (emancipação, aborto, casamento gay, feminicídio, eutanásia, igualdade de gênero).

Às vezes elas assumem o ritmo de manifestações de massa que querem revogar a legitimidade dos líderes (Argélia, Sudão, Bielorrússia, Birmânia, Líbano) ou de governos que desprezam sua missão (Black Lives Matter, #MeToo, Extinction Rebellion, Youth for Climate, L214, protestos contra a supressão do aborto na Espanha, Polônia ou Argentina). Esse tipo de práticas visa especificamente desafiar o monopólio de governos e partidos em assuntos políticos, redefinir os termos de representação e delegação, rompendo assim a relação assimétrica entre governantes e governados. Eles podem ser agrupados sob um conceito: ativismo.

Mas é importante precisar as coisas: a rua muitas vezes evoca a visão de hordas desencadeadas que invadem barbaramente o coração das cidades para semear desordem ou atacar instituições democráticas com conotações sediciosas (às vezes motins, saques, explosões de desespero ou miséria, até desfiles de milícias armadas de extrema direita). Que acontece, é claro, mas muito raramente e, por enquanto, sem um infeliz amanhã — como demonstra o pastiche de insurreição que foi o assalto ao Capitólio nos EUA ou os loucos preparativos da extrema direita alemã.

## **Submeter os partidos às reivindicações dos cidadãos**

Parte da legitimidade do ativismo político cidadão vem do sentimento de que as organizações representativas se tornaram engrenagens de um sistema que mantém as injustiças e as discriminações no estado de reprodução que elas se encontram mais ou menos. E os partidos de esquerda não escapam a essa crítica.

Esses partidos e as demais instâncias representativas do sistema político são reprovadas por abandonar os perdedores da globalização ao mau destino que lhes é conferido; ou por abandonar a luta pela emancipação coletiva e satisfação das necessidades básicas; ou por hesitar em reconhecer o direito de profanos e neófitos de exercer o controle sobre a ação em relação aos que os governam e os representam. E isso é um pouco do que se trata na queda de braço que os coletivos apartidários se engajam hoje para forçar os partidos de esquerda a aceitar uma candidatura única para o primeiro turno das eleições presidenciais de 2022. E as experiências recentes dizem bastante a seu favor.

De fato, tornou-se comum que os novatos sem um dispositivo partidário e encarnando o desejo de se livrar dos caciques ou padrinhos que monopolizam o poder ganhem eleições. Foi o que aconteceu, por exemplo, durante as eleições presidenciais no Paquistão, França, Eslováquia, Ucrânia ou Tunísia. Em outras circunstâncias, o uso da urna sancionou aparatos partidários cuja ação se desviou muito do que deveria estar aos olhos de seus simpatizantes, como se passou na Itália com o movimento Cinque Stelle (Cinco estrelas), na Espanha com o Podemos, na Grécia com o Syriza; ou com o movimento Momentum, que investiu o Partido Trabalhista Britânico e colocou Jeremy Corbyn à sua frente, ou novamente com os círculos ativistas que elegeram uma jovem geração de parlamentares radicais do Partido Democrata nos EUA em 2018 e garantiu a vitória de Joe Biden e Kamala Harris nas eleições presidenciais de 2020.

Esse resultado deve-se, em grande parte, ao envolvimento de apoio dos movimentos Black Lives Matter (luta contra o racismo sistêmico), #MeToo (denunciando a violência sexual sofrida por mulheres), Fridays for Future (organização de greves em escolas para alertar sobre as mudanças climáticas) ou Never Again (militância por uma regulamentação severa do porte de armas), que se uniram por trás do slogan Power to the Polls (“o poder às urnas”) para convencer seus apoiadores de que a vida política também passa pelo boletim de voto.

Um último exemplo do papel que o ativismo pode desempenhar na mobilização eleitoral é a eleição municipal de 2020 em França, durante a qual a aliança entre o que resta dos partidos tradicionais e os coletivos cidadãos locais obteve sucessos imprevisíveis, embora nem sempre lograram créditos para os obstinados desses ativistas em relação aos acordos vencedores.

## As urnas como estratégia

Lentamente, a ideia que ganha espaço é que não há nada de vergonhoso no uso estratégico das urnas se isso permitir contribuir um pouco para se mudar o mundo ou para corrigir uma ordem estabelecida considerada defeituosa. Para alguns, adicionar o voto à caixa de ferramentas do ativismo configura uma traição de um projeto que visa abolir todas as formas de delegação, ou mesmo destituir qualquer forma de autoridade<sup>2</sup>.

Para outros, é apenas uma questão de oportunidade simplesmente livre de qualquer consideração ideológica: a cédula é um meio prontamente disponível que se pode aproveitar para repudiar um poder desacreditado ou para tirar os cidadãos da resignação e do estado de renúncia quando os partidos deixaram de defendê-los, mas estão buscando sempre a sua voz. Ou se valer do sufrágio universal para responder aos líderes do contrário do que as pesquisas que asseguram que os hábitos, a abstenção e a indiferença dos jovens colocam sua supremacia além de qualquer ataque.

Por que não pensar que uma eleição também pode ser uma tática que permite aos cidadãos reivindicar a política e influenciar a orientação dada à ação pública por um executivo, ou para forçar os partidos moribundos a desistir da preeminência que continuam a reivindicar sobre a definição das questões políticas, revisar seus dogmas obsoletos e tirar a poeira de suas práticas mais desesperadas?

Na corrida absurda à Presidência que começa sob os nossos olhos, as forças ativistas de esquerda já estão na ponta — em ordem bastante dispersa no momento. Elas falham ainda em não declarar publicamente que pretendem obrigar os aparelhos que controlam o centro do palco na mídia que elas irão formar uma coalizão preparada para satisfazer urgentemente algumas prioridades. Estas são bem conhecidas: aumentar a renda das pessoas mais precarizadas, restabelecer serviços públicos falidos, combater as discriminações, democratizar o sistema institucional, comprometer-se com a emergência climática, garantir a transição energética, restabelecendo as liberdades civis, garantindo condições de igualdade para todos.

O objetivo é, portanto, tão claro quanto imperativo: devolver o poder público ao serviço dos que sofrem reformas ditadas durante meio século por uma ideologia que favorece os poderosos e cujos sucessivos governos permitiu-lhe exercer um controle incontestável sobre os espíritos e escolhas políticas.

Se dobrar a esse objetivo implicará, para alguns, colocar posições teóricas e estratégias acessórias silenciadas provavelmente inatingíveis no estado atual do espaço público (como a destruição do capitalismo ou a saída da União Europeia, que, aliás, não proíbe continuar a lutar para conseguir isso ou para reformular os termos dos seus tratados, aliás largamente ultrapassados e controvertidos). Enfim, quantos ativistas que defendem uma mudança radical no sistema

econômico ou das instituições europeias acreditam verdadeiramente que a vitória dos seus campeões, mesmo com a adesão de 20% ou 25% do corpo eleitoral, permitirá abolir da noite para o dia a violência das relações de classe desiguais e a ordem das relações estabelecida?

Trata-se, portanto, de ser lúcido: uma eleição por sufrágio universal não é uma revolução — exceto para tirar um fino resultado de um plebiscito em favor de um programa e um cheque em branco para sua implementação à força, eliminando a oposição que desperta, se necessário. Quem realmente desejaria um futuro assim?

Resta, aos aspirantes revolucionários, se aposentar orgulhosamente desse jogo carregado (que são os mais convencidos da inanidade da eleição) ou reconhecer os limites do exercício e se apropriar das urnas de forma cínica, como um jogo onde você pode transformar as regras a seu favor contra aqueles que as estabeleceram. O único risco que corremos, nesse caso, é a decepção de constatar que não será permitido melhorar a condição de grupos populacionais conhecidos que serão os mais afetados pela austeridade e regressão que está se aproximando, independentemente de quem vai ganhar a eleição presidencial. O que podemos superar sem muito problema.

Mas quem sabe: talvez as consequências da crise sanitária farão sorrir um poder determinado a romper com décadas de *laissez-faire*? Se for esse o caso, votar no candidato da coligação das esquerdas com o mandato de respeitar esse compromisso, mas sem a promessa ritual de ter sucesso, não seria um gesto tão indecente, afinal!

---

## Notas

<sup>1</sup> O texto original foi publicado em francês no jornal *AOC – Analyse Opinion Critique*, na seção *Opinion*, e encontra-se disponível (on-line) em: <https://aoc.media/opinion/2021/05/02/pour-les-elections/>

<sup>2</sup> VAN REYBROUCK, David. *Contre les élections*. Arles: Actes Sud, 2016.

**ALBERT OGIEN** ([albert.ogien@ehess.fr](mailto:albert.ogien@ehess.fr)) é Diretor de Pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, Paris, França) e Pesquisador Emérito do Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux (CEMS) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris, França).

## Tradutores

### **NEIVA VIEIRA DA CUNHA**

([neivavieiradacunha@gmail.com](mailto:neivavieiradacunha@gmail.com)) é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias (PPG/ECC) da mesma universidade. É pesquisadora associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil) e do CEMS/EHESS; pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC/UFF); e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Periferias (FEBF) da Uerj. Tem doutorado e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ e graduação em ciências sociais pela mesma universidade.

 <https://orcid.org/0000-0001-9136-1546>

### **AGRIPA FARIA ALEXANDRE**

([agripa.alexandre@gmail.com](mailto:agripa.alexandre@gmail.com)) é professor do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil) e pesquisador associado do CEMS/EHESS. Tem doutorado em ciências humanas, mestrado em sociologia política e graduação em direito, todos pela UFSC.

 <https://orcid.org/0000-0001-7635-2879>

Recebido em: 04/04/2022  
Aprovado em: 09/05/2022